

O TRABALHO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS COMPLEXAS TRAMAS POLÍTICAS E SOCIAIS DA INCLUSÃO ESCOLAR

Marileide Gonçalves **França** – UFES

Agência Financiadora: CAPES

O processo de inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais (NEE) no contexto escolar tem engendrado intensos debates e, conseqüentemente, políticas públicas na tentativa de instituir práticas que garantam o acesso, permanência e aprendizagem para todas as crianças. Tais ações inserem-se no contexto de uma sociedade capitalista em que as políticas sociais, entre estas a educacionais, sofrem influências das reformas de Estado em que se busca “racionalizar recursos diminuindo o seu papel no que se refere às políticas sociais” (PERONI, 2000, p.11). Faz-se necessário destacar que a implementação de tais políticas insere-se no âmbito do processo de consolidação da denominada “Política de Inclusão” no Brasil, que, por sua vez, origina-se num contexto histórico-político contraditório de inclusão/exclusão. Nesse contexto, encontramos a figura do professor de educação especial como um dos profissionais responsáveis por encaminhar a proposta de inclusão no cotidiano escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 ao estabelecer a educação especial como modalidade de educação escolar, assegura as crianças com NEE, serviços de apoio especializados e pedagógicos, em que este último inclui o trabalho do professor de educação especial. Essa posição que é reiterada pela Resolução CNE/CEB nº2 de 2001 em que estão previstos “professores de ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns e professores com especialização adequada [...] para o atendimento especializado”.

O Município de Cariacica, no Estado do Espírito Santo, desde 2002, vem implementando ações que visam garantir o atendimento as crianças com NEE na rede municipal de ensino. O trabalho do professor de educação especial instituiu-se como uma das possibilidades para se desencadear o processo de inclusão. Atualmente ele é denominado “professor colaborador das ações inclusivas” e suas principais atribuições são: articular com os profissionais da escola, por meio do planejamento, grupos de estudos e intervenções ações pertinentes à área de educação inclusiva; promover a adequação curricular; realizar intervenção direta com as crianças com NEE na sala de aula; orientar a família, dentre outras ações. Desse modo, fez-se necessário partirmos em busca de uma reflexão acerca da política inclusiva no município e do trabalho desse

profissional, bem como, sua importância para a implementação de uma proposta inclusiva.

Partimos do pressuposto que analisar o trabalho do professor de educação especial no cotidiano escolar é compreender as relações concretas de vida que acontecem nas práticas discursivas - ações humanas integradas em ações significativas. Nesse sentido, a perspectiva histórico-cultural nos possibilita compreender esse sujeito professor em sua trajetória de constituição profissional que se dá num processo mais amplo da sociedade envolvendo aspectos sociais, econômicos e políticos. Assim, para Vigotski (1997), conhecer o homem é fundamentalmente estudar este homem em suas relações, adotando como método o materialismo dialético histórico: o sujeito constrói a teoria em relação direta com as condições materiais em que vive e faz, predominantemente pelo trabalho. Nesse processo dialético, os sujeitos se apropriam das formas culturais e suas significações, historicamente produzidas, pelo seu grupo social. Assim, Vigotski nos faz refletir acerca do processo de constituição do se estar professor, tendo em vista que o processo de interiorização do mundo social pelos sujeitos não é passivo, ele é mediatizado pelo seu grupo social e ressignificado de um modo singular por cada sujeito.

Vigotski trabalha, com a noção de que a relação do homem com o mundo não é uma relação direta, pois é mediada pelas “ferramentas auxiliares” da atividade humana, isto é, por instrumentos e signos construídos sócio-historicamente, possibilitando aos homens a mediação entre si e o mundo. Os conceitos de apropriação e mediação são extremamente importantes quando se discute política educacional e a formação de professores, pois diferentes mediadores e seus discursos contribuem para a constituição do professor e suas práticas. Pois, ao passo que os professores de educação especial se apropriam dos conceitos e significados, sobre deficiência, processo de aprendizagem e desenvolvimento, dentre outros e lhes atribuem sentidos, estes vão definindo os modos como estes professores exercem o seu trabalho com as crianças que apresentam NEE.

Na tentativa de compreender a ação do professor de educação especial na realidade brasileira, concebemos o trabalho como uma atividade constitutiva do ser humano, inserido num contexto histórico, social, político e cultural. Leontiev (1978) investiga a estrutura da atividade da consciência por meio da atividade humana, das relações que se estabelecem nos processos de produção. Assim, o autor para explicar a importância da mediação no desenvolvimento humano refere-se ao trabalho, como atividade

exclusivamente humana. Dessa maneira, o trabalho é mediatizado simultaneamente pelos instrumentos e pela sociedade. Nesse processo, o homem produz a sua própria existência. (MARX, 1983). Entretanto, a atividade humana, para ser desenvolvida com a finalidade de transformação da realidade existente, a partir de esforços criativos do homem, precisa, necessariamente, de condições objetivas para a sua realização. Assim, os professores de educação especial, como os demais profissionais da escola, precisam de condições sociais que lhe garantam espaço/tempo de planejamento, grupos de estudo, melhores salários, formação continuada com vistas a conseguirem desenvolver suas atividades de modo que se sintam motivados para o trabalho e criem sentidos e significações durante a realização do seu fazer pedagógico.

A pesquisa-ação nos propiciou, em processos concomitantes, a inscrição na práxis do grupo social, de modo a compreender as nuances, o não dito, o oculto que sustentavam as práticas; assim como possibilitou a mediação e a colaboração no percurso de (re)constituição dos conhecimentos e das atividades dos professores, em diferentes espaços/tempos, daí se caráter formativo. Partindo da concepção de que a atividade humana é social e carregada de múltiplos significados adotamos, como instrumentos de produção de dados nos diferentes momentos: observação participante, entrevista semi-estruturada, questionário e recursos audiovisuais. Nesse processo, os encontros de formação continuada com os professores de educação especial e os grupos de estudo no âmbito da escola constituíram espaços/tempos significativos para que todos os sujeitos refletissem criticamente sobre sua atividade docente, bem como acerca da política do município, seus avanços, dilemas e desafios. Ao longo desse percurso reflexivo-crítico e dialógico, em que as narrativas se engendraram e as atividades foram desenvolvidas, foi possível observar as contradições e possibilidades que constituíam o trabalho desse profissional no contexto da escola.

Assim, notamos como as diferentes “formas organizativas”, entendendo-as como Garcia (2006, p. 300), “[...] sínteses concretas dos processos de gestão, financiamento, da organização curricular, das condições do trabalho docente, das possibilidades da relação pedagógica [...] dos processos avaliativos, [...] que dão contornos para a escola”, implicam, direta ou indiretamente, na atividade do professor de educação especial e dos demais profissionais no cotidiano escolar. Elencamos alguns aspectos que se destacaram no decorrer do estudo: o primeiro aspecto refere-se aos poucos recursos financeiros

destinados à área de educação especial no âmbito do sistema de ensino. Acreditamos que a implementação de uma política inclusiva, que tem como base o trabalho do professor de educação especial para o atendimento pedagógico especializado na escola, pressupõe investimentos adicionais para a área de Educação especial, para a contratação de um número suficiente de profissionais, ou mesmo para investimento na formação continuada de professores para atuar nessa função, no intuito de minimizar as dificuldades evidenciadas no processo de pesquisa.

Um segundo aspecto refere-se à definição dos sujeitos atendidos pelo professor de educação especial no contexto da escola, no sentido, a direcionar as ações desse profissional na escola para os alunos que dele necessitam, na medida em que esses sujeitos tendem a ser invisibilizados nas práticas educacionais instituídas na escola. Um terceiro aspecto a destacar diz respeito à formação inicial e continuada dos professores de educação especial. Evidenciamos que os professores apresentavam sua formação inicial em Pedagogia ou em outras licenciaturas, portanto, formação na docência, o que lhes garantia, em sua atividade no contexto escolar, uma dinâmica peculiar com os professores regentes e com os alunos com necessidades educacionais especiais. A formação específica na área de educação especial desses professores, por sua vez, foi constituída nos diferentes cursos de formação continuada ora oferecidos pelo próprio sistema de Cariacica, ora em cursos esporádicos de iniciativa privada, ora em cursos de pós-graduação *lato sensu* que, em sua maioria, se caracterizam pelo número reduzido de carga horária e a partir de uma formação generalista de educação especial/Inclusiva. Nessa perspectiva, percebemos a importância tanto de uma formação que possibilite ao professor conhecimentos mais amplos referentes à educação, às políticas, à diversidade, quanto a processos formativos que lhe assegurem a apropriação de saberes específicos da educação especial. Vale ressaltar, ainda, a importância de formação continuada para o professor de educação especial que tinha, como *locus* privilegiado de atuação, a escola, uma vez que eram inúmeras as demandas desse contexto.

Nessa perspectiva, as narrativas das professoras e dos profissionais da escola apontaram no sentido de mostrar a necessidade e importância desse professor de educação especial na escola, ao colaborar com as práticas educativas. Assim, sua atividade vem constituindo possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, a partir de uma atividade mediadora e colaborativa

com alunos e profissionais na escola. Portanto, este estudo vislumbra outra/nova possibilidade de se pensar o atendimento pedagógico especializado no âmbito escolar em contraposição àquele que vinha se afirmando como único possível, ou seja, a sala de recursos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB n.º 2**, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial da União**, 14 de setembro de 2001.

GARCIA, R. M. C. Políticas para a educação especial e as formas organizativas do trabalho pedagógico. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.12, n.3, p.299-316, set./dez. 2006.

JESUS, D. M. de. Formação continuada: constituindo um diálogo entre teoria, prática, pesquisa e a educação inclusiva. In: JESUS, D. M. de.; BAPTISTA, C. R.; VICTOR, S. L. **Pesquisa e educação especial: mapeando produções**. Vitória: Edufes, 2006.

LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

MARX, Karl. **O capital**. Vol. I, Cap. V. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PERONI, Vera Maria Vidal. O Estado brasileiro e a política educacional dos anos 90. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 23., 2000, Caxambu. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 26 out. 2007.

VIGOTSKI, L. S. **Obras escogidas I**. Madri: Visor, 1997.